

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

CONGRESSO NACIONAL

Plenário – 26/10 – 10h

O Congresso Nacional tem sessão conjunta para analisar vetos presidenciais e projetos de lei. Dos 31 vetos em pauta, 27 já ultrapassaram o prazo regular de 30 dias para apreciação e, por isso, têm prioridade obrigatória na pauta do Congresso. Alguns desses vetos já foram votados parcialmente, faltando a deliberação de dispositivos pendentes. Há vetos de 2021, 2022 e 2023, e quatro deles são vetos totais.

Entre os itens em pauta, está o veto à norma que amplia as atividades financiáveis com dinheiro do Fungetur — Fundo Geral de Turismo (Veto 57/2022). Já o Veto 64/2022 é referente à Lei 14.514, de 2022, que permitiu a atuação da iniciativa privada na pesquisa e lavra de minérios nucleares. Em termos gerais, o veto incide sobre dispositivos que tratam da Agência Nacional de Mineração e do Fundo Nacional de Mineração.

A pauta do Congresso também inclui seis projetos de lei (PLNs) que abrem créditos adicionais para o Orçamento federal deste ano.

Resultado: Reunião cancelada.

SENADO FEDERAL

Plenário – 24 a 26/10

O Plenário do Senado pode votar esta semana a **PEC 8/2021**, que altera a Constituição Federal para dispor sobre os pedidos de vista, declaração de inconstitucionalidade e concessão de medidas cautelares nos tribunais e o **PL 4.503/2023**, que institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis; dispõe sobre suas normas gerais de funcionamento; e dá outras providências.

Nesta semana, também é prevista a deliberação de autoridades sabatinadas pelas Comissões permanentes e dos demais itens constantes da pauta publicada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Resultado: O Plenário do Senado aprovou três indicações de ministros para o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os novos integrantes da corte serão a advogada Daniela Teixeira; o desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará, Teodoro Silva Santos; e o desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, José Afrânio Vilela. Os três passaram por sabatina na Comissão de Constituição e Justiça, nesta quarta-feira (25).

O Plenário do Senado rejeitou, nesta quarta-feira (25) a indicação de Igor Roberto Albuquerque Roque para o cargo de Defensor Público-geral Federal. Foram 38 votos contrários, 35 favoráveis e uma abstenção. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá que fazer uma nova indicação para a Defensoria Pública da União.

O Senado aprovou o PL 334/2023 permite que as empresas substituam o recolhimento de 20% de imposto sobre sua folha por alíquotas de 1% até 4,5% sobre a receita bruta. Também foi aprovado o PL 5.384/2020 prevê que, entre outras mudanças, os candidatos cotistas passarão a concorrer também nas vagas gerais, e apenas se não conseguirem nota para ingresso concorrerão às vagas reservadas. Ambos os projetos seguem para sanção presidencial.

Também foi aprovado, nesta quarta-feira (25), requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) solicitando urgência para votação do PL 3.045/2022, que institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. A matéria será incluída na pauta da próxima sessão deliberativa. De iniciativa da Presidência da República, o projeto foi aprovado mais cedo na CCJ e seguiu para apreciação do Plenário, com pedido de urgência.

CPI das ONGs – 24/10 - 11h - Plenário 06

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a atuação de organizações não governamentais (ONGs) na Amazônia faz audiência pública na terça-feira (24), às 11h, para ouvir os caciques Graciano Aedzane Pronhopa e Arnaldo Tsererowe sobre o setor agroindígena.

Resultado: Reunião realizada. Para assistir, [clique aqui](#).

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) - 25/10 - 10h - Plenário 03

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal marcou para a próxima quarta-feira (25), a partir das 9h, as sabinas dos três indicados para as vagas de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os indicados são a advogada Daniela Teixeira e os desembargadores José Afrânio Vilela e Teodoro Silva.

Resultado: Aprovadas as indicações.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 24 a 26/10

O Plenário da Câmara ainda não teve pauta divulgada para esta semana. Todavia, é possível que seja deliberado o **PL 4173/2023**, que trata da tributação dos investimentos offshores e em fundos exclusivos. Desde o último dia 14, o projeto de lei em regime de urgência tranca a pauta na Casa.

Resultado: A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (25) o **PL 4173/2023**, que prevê a tributação de investimentos de pessoas físicas no exterior e a antecipação de imposto em fundos fechados no Brasil. A redação final incorpora a Medida Provisória 1184/2023, sobre a incidência do chamado “come-cotas” nos fundos fechados. A taxação de investimentos no exterior também já foi tema de outra MP (1171/23). A proposta será enviada ao Senado.

De acordo com o projeto aprovado, a tributação ocorrerá sobre rendimentos de aplicações financeiras, lucros e dividendos de entidades controladas no exterior (offshores) devidos aos titulares e rendimentos e ganhos de capital de bens incorporados a trusts. A redação final ainda não foi disponibilizada. Para acessar o parecer proferido em Plenário, [clique aqui](#).

Comissão Especial de Combate ao Câncer no Brasil – 24/10 - 14h30 - Plenário 09

Audiência pública sobre prazo entre a incorporação de novos medicamentos para o câncer de mama pelo SUS e a disponibilização do fármaco às pacientes. Entre os convidados, destacam-se:

- Fernando Maia, Coordenador-Geral da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer do Ministério da Saúde;
- Marco Pereira, Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (DAF/MS);
- Alexandre Schneider, Procurador da República e Coordenador do GT-Oncologia/1^aCCR-MPF do Ministério Público Federal.

Resultado: Reunião realizada. Para assistir, [clique aqui](#).